



Carta Política do IV Seminário Estadual de Recaatingamento O MANIFESTO DA CAATINGA

Nós, conjunto de comunidades tradicionais, povos originários, agricultoras e agricultores familiares, pesquisadores, técnicos, estudantes, mulheres, jovens e demais povos das Caatingas da Bahia, reunidos e reunidas nos dias 13 e 14 de maio de 2025, durante o IV Seminário Estadual de Recaatingamento, em Juazeiro-BA, sob o tema *“Emergência Climática e Combate à Desertificação: por uma política pública de Recaatingamento”*, destacamos e apontamos a urgência de ações estruturantes para a mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas.

Ressaltamos a importância fundamental da Caatinga em pé para a preservação dos modos de vida sustentáveis e contextualizados ao clima Semiárido. Além de ser um bioma exclusivamente brasileiro, ela abriga uma grande e singular biodiversidade, manifestações culturais, saberes e conhecimentos tradicionais que são a base da produção e reprodução de milhares de pessoas.

Reafirmamos que é necessária uma gestão socioambiental que respeite os limites e as potencialidades dos territórios e que, sobretudo, não prejudique agricultores e agricultoras, povos e comunidades tradicionais que, há gerações, ocupam esses territórios e mantêm viva essa relação com a terra.

No entanto, com o avanço da desertificação nos territórios baianos, impulsionado por ações descontextualizadas com o clima, embasadas no paradigma econômico capitalista predatório que ameaça de diversas formas o equilíbrio da Caatinga e, consequentemente, intensifica vulnerabilidades sociais e o apagamento de expressões culturais e identitárias, entre outros processos de agravamento da qualidade de vida dos povos das Caatingas, diante disso, é urgente uma Política Pública de Recaatingamento que tenha como grande missão a mudança de relações e visões hegemônicas historicamente construídas sobre o Bioma.

A visão de fatalidade das condições climáticas, a pobreza e a miséria, associadas à percepção do local como inóspito, seco e sem vida, que moldaram as formas de uso e gestão dos bens naturais, precisa ser superada. Essa perspectiva foi reforçada pelo paradigma do “combate à seca”, que ignorou o potencial da Caatinga - hoje reconhecida por seu grande potencial biológico, capacidade de sequestro e fixação de carbono, evidenciando sua essencialidade para a mitigação dos efeitos da emergência climática.

Reafirmamos que as Caatingas em Pé valem mais do que ela derrubada ou degradadas

Nesse contexto, entendemos o Recaatingamento como uma metodologia de Convivência com o Semiárido que promove os meios necessários para a recuperação de áreas degradadas e conservação da sociobiodiversidade da Caatinga, com a participação ativa das comunidades por meio de ações de educação ambiental contextualizada para o fortalecimento do valor da Caatinga

em pé. Como proposta, tem-se a integração de ações ambientais, sociais e produtivas para mitigação dos efeitos da emergência climática e ampliação da resiliência dos povos da Caatinga.

Apontamos a construção do Programa Estadual de Recaatingamento, como elemento da Política Pública, como proposta emergencial de redução do avanço da degradação do bioma e para viabilizar ações concretas de Recaatingamento nos territórios de Caatinga.

Reforçamos a importância do diálogo com outras políticas públicas, como exemplo, a Política Estadual de Convivência com o Semiárido, a Política Estadual de Agroecologia e um diálogo permanente com outros programas para o aporte de recursos para melhoria das condições socioambientais nos territórios. É necessário garantir recursos no Plano Plurianual do Estado para a garantia das ações.

Como pontos centrais da Política Pública de Recaatingamento:

- Regularização fundiária e garantia de terras e territórios dos povos originários, comunidades tradicionais e agricultores/as familiares;
- Assessoria técnica continuada dentro dos princípios da Agroecologia e da Convivência com o Semiárido para contribuir no processo educativo não formal e no fortalecimento da organização comunitária;
- Construção de Planos de manejo sustentável da Caatinga de forma participativa para a conservação de áreas em bom estado ambiental;
- Recuperação de áreas degradadas por meio de práticas de recuperação de solo, enriquecimento com matéria orgânica, dispersão de sementes e mudas, entre outros métodos;
- Segurança hídrica, com qualidade e quantidade de água para o consumo humano, dessedentação animal e produção de alimentos por meio de tecnologias sociais apropriadas ao semiárido em nível familiar e comunitário;
- Tecnologias de saneamento básico para o reúso de águas cinzas e fecais na produção vegetal em nível familiar e comunitário;
- Aumento da eficiência energética das comunidades para reduzir a pressão nos bens naturais com tecnologias como fogões ecológicos, biodigestores e sistemas de geração de energia solar descentralizados de escalas familiar e comunitária;
- Contribuição para a segurança alimentar e nutricional através de tecnologias sociais de produção de alimentos, tais como quintais produtivos, sistemas agroflorestais e unidades de beneficiamento apropriadas de produtos locais;
- Aplicação de multas ambientais em ações e projetos de recuperação ambiental.

Por fim, ressaltamos que é tempo de **RECAATINGAR**, com garantia de ouvir e amplificar a voz dos povos das Caatingas, estimulando a restauração da Caatinga como elemento fundamental da construção de territórios sustentáveis e em convivência com o clima para contribuir com a redução dos impactos da emergência climática.

Juazeiro-BA, 14 de Maio de 2025.